### A Folha da Região (Guariba)

#### 5/8/1989

#### Uma idéia, lançada por Paulo Mangolini, repercute nas regiões canavieiras do país

O I Encontro de Prefeitos de Municípios Produtores de Cana, Açúcar e Álcool, do Estado de São Paulo, realizado no sábado passado, no Hotel Holliday Inn, em Ribeirão Preto, marcou o início de um movimento destinado a convencer o governo a adotar uma nova política de preços para o setor, mais compatível com os custos de produção, e aceitar, de vez por todas, que o Proálcool é perfeitamente viável. Paulo Mangolini lançou a idéia que despertou o interesse das regiões canavieiras do país. E contou com o apoio direto do prefeito de Ribeirão Preto, Welson Gasparini, e do empresário da Usina Bonfim, Edgard Corona.

Mais de 100 municípios foram convidados, dos quais 68 compareceram e representaram a zona sucro-alcooleira paulista. Paulo Mangolini presidiu a mesa da reunião e, depois de agradecer à presença de prefeitos, presidentes de Câmaras, técnicos da Copersucar, representantes da imprensa, usineiros, deputados e secretários estaduais, convidou ao presidente da Associação de Prefeitos da Macro-Região de Ribeirão Preto, Welson Gasparini, para dirigir o prosseguimento dos trabalhos. O radialista e secretário da promoção social, da Prefeitura de Ribeirão Preto, Antonio Carlos Morandini, colaborou com a promoção atuando como mestre de cerimônias.

## SÓ O GOVERNO NÃO VÊ QUE O PROÁLCOOL É VIÁVEL

De acordo com a Copersucar, o programa de produção de álcool, como combustível para transporte no Brasil, é um exemplo de inovação, como resposta às incertezas do mercado internacional de petróleo e suas conseqüências sobre o balanço de Pagamentos, a dependência externa e a segurança nacional As expressivas elevações no preço do petróleo, que passou de US\$ 2,5/barril, em 1973, para US\$ 10,5/barril, em 1974, e para US\$ 34,4/barril, em 1981, foram o principal responsável pelo acentuado crescimento dos desembolsos no Brasil com a importação do produto.

O impacto dessa elevação dos preços de petróleo se fez sentir de maneira significativa sobre a dívida externa brasileira, um dos maiores problemas hoje enfrentados pelo país. Apenas com importações de petróleo, o Brasil desembolsou cerca de US\$ 52 bilhões, entre 1973 e 1982, valor bastante próximo ao do crescimento da dívida externa neste período, em torno de USS 60 bilhões. Os efeitos da crise do petróleo sobre a economia brasileira autorizaram a criação do Proálcool, que se aproveitou de várias condições favoráveis existentes na época, tomo a grande disponibilidade de mão de obra de baixa qualificação, de terras aptas e de clima adequado. Bem como a existência de um setor açucareiro desenvolvido, com capacidade técnica e gerencial para levar adiante o programa.

O álcool teve um começo difícil, que quase o inviabilizou, quando custava, em 1976, USS 70/barril. Hoje, esse custo assentou-se nos patamares dos USS 40/barril, Enquanto que a previsão para 1995, é a de reduzir o custo de produção a US\$ 30 ou 35/barril. Só o governo, não enxerga esses números apresentados pelos técnicos da Copersucar, que dão a receita adequada à solução da grave crise do álcool. Segundo eles, o Brasil fabricou, até 1985, 12 milhões de litros. Mas precisa atingir a 13,5 milhões, em 1989. Não existe cana suficiente para acudir a demanda. O governo precisa diminuir, então na exportação de açúcar, 1 milhão de toneladas, para que sobre a cana necessária à produção do álcool.

A DESTRUIÇÃO DO PROÁLCOOL SÓ PODE INTERESSAR A QUEM DESEJA MAL O BRASIL Na reunião de sábado passado, Paulo Mangolini contou com a colaboração integral do prefeito de Ribeirão Preto, Welson Gasparini, que acreditou no propósito de defender o Proálcool das pressões terríveis que vem sofrendo. Nas declarações que deu à imprensa, Gasparini salientou que "precisamos deixar clara a nossa apreensão diante do jogo de interesses montados para desestabilizar o Proálcool, demonstrando ao governo o significado econômico e social do álcool".

Disse, o prefeito de Ribeirão Preto, que "todos nós sabemos da instabilidade política que vivem os principais produtores de petróleo do mundo. Há uma insegurança total quanto à regularidade de produção, quanto à estabilidade dos preços. No passado, já sentimos na carne os resultados tanto da beligerância quanto da ganância dos produtores de petróleo. Havendo irregularidade na produção de petróleo, sem dúvida voltarão os especuladores e as atitudes gananciosas capazes de desequilibrar, ainda mais, a nossa precária balança de pagamentos.

"Além do mais — enfatizou Gasparini — possuindo uma energia própria, entre outras vantagens renováveis, o Brasil tem, até mesmo, o dever patriótico de defende-la. A destruição do Proálcool só pode interessar a quem não deseja para o Brasil um futuro de prosperidade, desenvolvimento social e independência econômica".

# O MOVIMENTO, INICIADO EM RIBEIRÃO, VAI CONTINUAR EM ARAÇATUBA

Os participantes do encontro demonstraram preocupação com relação aos comentários sobre uma possível paralisação da produção de açúcar e álcool das usinas, no meio da safra da cana. "Se isto acontecer, Guariba será uma das cidades mais prejudicadas e sua recuperação, que já está difícil, acabará ficando impossível", lamentou o prefeito Paulo Mangolini.

"Este é o primeiro de uma série de encontros que serão realizados até quando o governo resolver dar aos problemas do setor de açúcar e álcool, a atenção que eles merecem", afirmou o prefeito guaribense. Ficou aprovada a proposta de uma nova reunião de prefeitos de municípios produtores de cana, açúcar e álcool, do Estado de São Paulo, na cidade de Araçatuba, em data a ser designada.

### SEGUNDA-FEIRA, SARNEY RECEBE PAULO MANGOLINI E WELSON GASPARINI

Um dos principais resultados do encontro foi a moção de apoio ao movimento em defesa do Proálcool, ativada pelo presidente da Câmara de Sertãozinho e aceita por todos os presentes. A moção será apresentada, segunda-feira, ao presidente da República, José Sarney, em audiência exclusiva no Palácio da Alvorada, por uma comissão de prefeitos capitaneada por Paulo Mangolini e Welson Gasparini. Farão parte da comissão os prefeitos de Guaíra, Lucélia, Jaú, Araçatuba, Santa Rosa do Viterbo, Cajurú, Guariba e Ribeirão Preto.

(Página 3)